**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
PROCURADORIA**

PARECER Nº 98/14.

**PROCESSO Nº 3480/13.
PLL Nº 391/13.**

É submetido a exame desta Procuradoria, para parecer prévio, o Projeto de Lei do Legislativo em epígrafe, que estabelece normas para a instalação de placas indicativas de obras públicas no Município de Porto Alegre.

A Constituição da República, no artigo 30, inciso I, dispõe competir aos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local.

A par disso, estatui que a Administração Pública fica sujeita aos princípios da impessoalidade e publicidade, dentre outros, e que a publicidade dos atos, programas, obras e serviços dos órgãos públicos deverá caráter educativo, informativo ou de orientação social (art. 37, *caput*, e § 1º).

A Constituição do Estado do RGS, no artigo 13, inciso I, declara a competência do Município para exercer o poder de polícia administrativa nas matérias de interesse local.

Hely Lopes Meirelles, na obra "Direito Municipal Brasileiro", 11ª ed., a respeito da competência municipal para exercitar poder de polícia sobre locais públicos e particulares, preleciona, *verbis*:

"Publicidade urbana – A publicidade urbana, abrangendo os anúncios de qualquer espécie e forma expostos ao público, deve ficar sujeita à regulamentação e polícia administrativa do Município, por ser assunto de seu interesse local e conter sempre a possibilidade de causar danos ao patrimônio público e à estética da cidade.

...

À Administração municipal incumbe regulamentar e policiar não só a estética da publicidade urbana, como o que contiver de atentatório à moral e à educação do povo."(pág. 420)

A Lei Orgânica determina a competência do Município para prover tudo quanto concerne ao interesse local e para estabelecer suas leis, decretos e atos relativos aos assuntos de interesse local, repisa o preceito constitucional do artigo 37, no que tange à obrigatoriedade de observância do princípio da publicidade, e declara que a transparência pública dos atos constitui compromisso fundamental da administração (artigos 6º, inciso I, 9º, incisos II e III, e 17).

Conforme se infere do exposto, a matéria objeto da proposição se insere no âmbito de competência municipal, inexistindo óbice jurídico à tramitação.

É o parecer, *sub censura*.

À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.
Em 21 de fevereiro de 2014.

Claudio Roberto Velasquez
Procurador-Geral –OAB/RS 18.594